

Militares na política: reinterpretação narrativa como estratégia para retomada do Poder

Fernando Antunes Salgado

Rosemary Segurado

Resumo: Este artigo tem por objetivo mostrar como a reconstrução narrativa sobre o período ditatorial no Brasil (1964-1985) contribuiu para o retorno dos militares ao Poder, desta vez de maneira democrática, com a eleição do ex-capitão do Exército, Jair Bolsonaro, para presidente. Pretende-se analisar como um caldo de cultura de presença dos militares na arena política brasileira e o cuidado desta mesma esfera em preservar as Forças Armadas durante o período da transição democrática favoreceu uma reinterpretação favorável sobre os governos militares. O texto destaca manifestações de lideranças militares a década 2011-2020 enaltecendo o período e como Bolsonaro se apropriou de maneira deste legado para projetar-se junto aos eleitores. A pesquisa aponta que ressentimentos da população em relação aos governos civis contribuiu para adensar esta narrativa, cimentada sobre o tripé de eficiência, combate à corrupção e legitimidade da repressão. Mostra, também, que a prática dos militares no atual governo não condiz com tais mitos.

Abstract: This article aims to show how the narrative reconstruction of the dictatorial period in Brazil (1964-1985) contributed to the return of the military to power, this time in a democratic way, with the election for President of the former army captain, Jair Bolsonaro. It is intended to analyze how a cultural broth of presence of the military in the Brazilian political arena and the care of this same sphere in preserving the Armed Forces during the period of democratic transition favored a favorable reinterpretation of military governments. The text highlights manifestations of military leaders in the 2011-2020 decade, extolling the period and how Bolsonaro appropriated this legacy in order to project himself among voters. The research points out that the population's resentments towards civil governments contributed to thicken this narrative, cemented on the tripod of efficiency, combating corruption and the legitimacy of repression. It also shows that the practice of the military in the current government is not consistent with such myths.

Os governos militares no Brasil entre 1964 e 1985 promoveram desenvolvimento econômico, foram zelosos com a coisa pública, evitando a corrupção crônica dos políticos civis, bem como asseguraram o bem-estar e a liberdade da nação ao debelarem o risco comunista que ameaçava tomar de assalto o país. Em linhas gerais, essa é a tônica da narrativa favorável ao regime militar que ganhou densidade no decorrer da segunda década do Século XXI, reforçando a aura de seriedade e eficiência das Forças Armadas brasileiras, em contraponto à atuação egoística e autointeressada dos políticos civis que governaram o país após 1985. Essa mesma retórica, no entanto, omiti ou reinterpreta efeitos deletérios do regime, com destaque para a explosão da desigualdade social, uma das maiores dívidas externas do mundo, os desperdícios em obras faraônicas, inflação, e, como em toda ditadura, supressão de direitos civis e de plena liberdade política. O argumento deste artigo é de que conseguiu-se criar uma espécie de realidade paralela sobre o período militar que veio ao encontro de demandas psíquicas da população ressentida com o status quo político em razão de insatisfações nas áreas econômica, de saúde, educação, segurança, lisura com o dinheiro público, entre outras. Subjacente a esse processo está uma associação dos militares à política nacional desde o Século XIX, tendo sido muitas vezes chamados pela própria arena política para resolver problemas que cabiam aos políticos solucionarem. Tal vínculo, de certa maneira, naturalizou o intervencionismo militar em maior ou menor grau nos governos civis. A narrativa positiva sobre o legado das Forças Armadas e a aprovação da população a essa instituição foi habilmente capitalizada pelo então deputado federal Jair Bolsonaro, utilizando-se da condição de ex-capitão do Exército. Com isso, reforçou sua candidatura a presidente como representante desse setor e postando-se contra a política convencional, a despeito de seus 26 anos como parlamentar associado a partidos do grupo fisiológico conhecido como Centrão, no Congresso Nacional.

Para análise de como uma narrativa idealizada da realidade por regimes autoritários tem margem para decantar na sociedade e levar à adesão de massas a esse discurso, por mais díspare que possa ser, este trabalho se baseia nas obras de Adorno (2019) e Arendt (2012). Para Adorno (2019), demandas psicológicas espelhadas numa ideologia de grupo em que prevalece um sentimento anti-democrático dos indivíduos fará com que as massas se sintam propensas a um discurso autoritário. Esse sentimento é alimentado por frustrações com ações do governo, preconceitos e temores reais ou imaginários relacionados a supostas ameaças externas e internas. A postura anti-democrática se fortalecerá ainda mais se o clima da opinião pública for favorável à propaganda autoritária (Adorno, 2019, p.86).

Arendt (2012) aponta a perda do interesse do indivíduo em si mesmo e o despreendimento das massas, consequência de frustrações e insatisfações pessoais movidas por crises econômicas ou destruturações das classes sociais, como fator para transformação das multidões em movimentos nacionalistas violentos. Existencialmente fragilizadas, as massas são sugestionadas por líderes totalitários que utilizam elementos discursivos que operam como fundamentos de um mundo

fictício. A propaganda totalitária, com efeito, cria um mundo irreal, que, no entanto, é construído de maneira lógica, coerente e organizada, concorrendo com o caótico prosseguir dos fatos e acontecimentos do mundo real.

Já a análise sobre o papel das Forças Armadas na política, bem como sobre a transição democrática no Brasil, será feita tendo em vista os trabalhos de Carvalho (2019), Avritzer (2020); Oliveira e Soares (2000); Linz e Stepan (1996); Aggio (1995) e Oliveira (1993).

A metodologia deste trabalho será por meio de uma perspectiva histórica da atuação dos militares na política nacional, buscando cotejar o discurso positivo sobre o legado das Forças Armadas face a análises que apontam o contrário, bem como verificando na evolução dos fatos históricos como foi possível reconstruírem favoravelmente esta imagem a ponto de, na segunda década do Século XXI, conseguirem utilizar esse discurso como ativo para reforçar a campanha do deputado federal Jair Bolsonaro a presidente. O trabalho analisará ainda como Bolsonaro atuou desde 2014, no bojo das manifestações de 2013, para reinterpretar favoravelmente e capitalizar o legado dos governos militares. Para tanto, o artigo se utilizará da Literatura pertinente e de matérias jornalísticas para ilustração dessa narrativa.

Mitos da ditadura

A ditadura militar no Brasil (1964-1985) ganhou uma narrativa posterior dos militares e dos defensores da ditadura sobre a atuação das Forças Armadas no governo que preservou mitos que cimentaram seu discurso utópico desde o golpe de 64: o de eficiência dos militares, ausência de corrupção e legitimidade da repressão política, aliados ao desenvolvimento econômico que elevou o país à condição de oitava economia mundial (Castro, 2021; Avritzer, 2020; Aggio, 1995; Oliveira, 1993). A eficiência estaria associada ao desenvolvimento econômico gerado pela modernização capitalista do período, de caráter conservador, que diversificou o parque industrial, ampliou a indústria de base, criou uma indústria de bens de capital, fez crescer o mercado de exportação dos produtos industrializados e avançou na pesquisa tecnológica (Carvalho, 2019). Ausência de corrupção estaria relacionada à seriedade e dedicação do Exército brasileiro em favor do país e da coisa pública, acima dos interesses de partidos e políticos, enquanto a repressão política seria justificada por neutralizar a ação dos inimigos do país, os quais representavam o risco do comunismo se implantar no país naquele período de Guerra Fria, tendo em vista o cenário de guerra interna no país, sob o ângulo da Doutrina de Segurança Nacional.

A narrativa, no entanto, desconsidera o brutal crescimento da desigualdade de renda e da miséria, associado ao modelo econômico que favoreceu classes médias, grupos empresariais e financeiros, em detrimento dos mais pobres, além de ter gerado uma das maiores dívidas externas do mundo e um quadro de hiperinflação que potencializou ainda mais a pobreza no país (Furtado,

1982; Singer, 1989; Davidoff, 1984 e 1994). Também mitiga que casos de corrupção envolvendo empreiteiras, obras públicas, estatais e grupos financeiros permearam o Estado brasileiro no período, cujas denúncias eram inviabilizadas pelo amordaçamento dos mecanismos de fiscalização, quais sejam, Imprensa, partidos políticos, movimentos sindicais (Campos, 2012; Avritzer, 2020; Bächtold, 2020). Por fim, a repressão política transpôs para o cenário doméstico a Doutrina de Segurança Nacional desenvolvida na década de 1950, no contexto da Guerra Fria, que tinha como foco a proteção do país em face de guerras como ameaças externas. Tal transposição levou à criação da imagem do inimigo interno para reprimir ou eliminar os opositores do regime militar (Silva, 1981; Oliveira e Soares, 2000; Oliveira, 1993;).

Documentos que vão do relatório Brasil Nunca Mais, publicado em livro, às investigações da Comissão Nacional da Verdade (CNV) sobre violações dos direitos humanos, indicam os excessos da repressão. Apesar de contestadas por lideranças do exército, como na entrevista do ex-comandante do Exército Eduardo Villas Bôas, concedida a Celso Castro (2021), tais investigações apontam as inconteste violações aos direitos humanos ocorridas no período. Destacam-se, por exemplo, os 434 registros de mortes e desaparecimentos de presos políticos, de acordo com as conclusões da CNV (2014). Importante notar que as Forças Armadas sempre dificultaram o acesso a seus arquivos da época da ditadura, como forma de evitar maior aprofundamento nessas investigações (Carvalho, 2019).

No entanto, para usar uma imagem corrente nos estudos sobre a ditadura, o golpe não foi um raio em céu azul (Reis, 2014), mas uma “consequência mais acentuada e contraditória” do poder de intervenção das Forças Armadas na política nacional presente ao longo da história republicana do país (Oliveira e Soares, 2000, p.103).

Nesse sentido, o pós-Guerra do Paraguai é tido como um dos marcos para o início dos debates sobre o papel dos militares na política, com apoio até mesmo de republicanos e abolicionistas. Outro ponto marcante, a proclamação da República foi contraditoriamente liderada por militares. O intervencionismo ganhou corpo na década de 1920, com o movimento tenentista – liderado por oficiais de baixa patente, insatisfeitos com sua própria situação e a do país, e que emularam a ideia de missão nacional dos militares em assuntos do Estado (Carvalho, 2019; Avritzer, 2020). Com a Revolução de 1930, a participação dos militares efetivou-se na política, tendo como base a doutrina de Góis Monteiro, ministro da Guerra de Getúlio Vargas, que previa a eliminação das disputas políticas no interior da corporação para uma atuação efetiva no campo da política civil e um projeto nacionalista de industrialização do país. Os militares sustentaram Vargas no golpe do Estado Novo, ao mesmo tempo em que receberam apoio do presidente, o mesmo que depuseram em 1945, em razão da associação de Vargas com o operariado, o que inflamou as obsessões comunistas da corporação.

Entre 1946 e 1964, todos os presidentes, à exceção de Eurico Gaspar Dutra, que também fora ministro da Guerra no governo Vargas e principal liderança militar junto com Gois Monteiro, foram tutelados pelos fardados: Juscelino Kubitscheck, Jânio Quadros e João Goulart, além de Vargas (Avritzer, 2020). Mesmo na transição democrática da década de 1980, o governo Sarney apoiou-se na tutela dos militares como base de sustentação em razão da fragilidade de seu governo decorrente da grave crise política e econômica do país (Oliveira & Soares, 2000).

Se a tutela que os militares exerceram na História da República teve muitas vezes o suporte dos civis, após o golpe de 1964 as Forças Armadas se dissociaram dos civis que os haviam chamado para a intervenção militar e estabeleceram seu próprio regime durante 21 anos. O regime foi se tornando gradativamente mais centralizado e repressivo por meio dos Atos Institucionais, que juridicamente sustentaram medidas autocráticas. Dentre as principais enumeram-se o encerramento dos partidos políticos nascidos na Constituição de 1946, substituídos por um sistema bipartidário (Arena e MDB); eleição indireta dos presidentes da República, governadores e prefeitos das capitais e de cidades vistas como de interesse estratégico ou área de segurança nacional e restrições das liberdades civis e políticas, tendo o AI-5 suspenso o habeas-corpus e acirrado a repressão.

A transição democrática

Linz e Stepan (1996) mostram como os militares controlaram a transição democrática no Brasil e como tal tutela acarretou consequências deletérias para a democratização no país. Na análise dos autores, problemas de legitimidade da política econômica, em que se relacionam uma das piores distribuições de renda e um dos piores padrões educacionais e de bem-estar social, acirraram as dificuldades desse processo. Retomam a gênese da abertura no país, ainda no governo do presidente militar Ernesto Geisel (1974-1979), preocupado com os danos que a autonomia dos órgãos de segurança poderia causar à Instituição Exército, e que se estenderá até a eleição do presidente Fernando Collor de Mello, em 1989, o primeiro civil eleito após o golpe de 1964. Mostram a tutela dos militares sobre a transição, no decorrer de dezesseis anos, em momentos como a manutenção das eleições indiretas em 1984, mesmo após o Movimento das Diretas Já, naquele ano, a dependência do governo do presidente José Sarney (1985-1989) da sustentação das Forças Armadas, em razão de suas fragilidades econômicas e políticas, e a influência dos militares na Constituinte de 1987 para assegurar seus interesses na formulação da Constituição de 1988. “Os militares, por meio de uma habilidosa combinação de ameaças e lobby, foram bem-sucedidos em eliminar, amenizar ou subverter a maioria das cláusulas constitucionais propostas que reduziriam sua autonomia” (Linz e Stepan, 1996, p.169, *tradução nossa*).

Pela ótica de Oliveira (1993), os militares a partir de Geisel deram início à transição ao identificarem os custos para a Instituição Exército de manutenção do regime autoritário, bem como

pelas contradições internas entre militares que defendiam o retorno das Forças Armadas aos quartéis, dentro de suas funções constitucionais, e os que propugnavam o endurecimento do regime. O controle “pelo alto” da redemocratização teria sido uma forma para assegurar a previsibilidade desse processo para os militares.

A inorganicidade de partidos políticos, legisladores e movimentos militares em fazerem frente aos interesses das Forças Armadas na transição e na Constituinte, assim como pela tutela dos militares ter sido algo corriqueira na história da República, contribuíram para que o Exército mantivesse uma série de prerrogativas no período democrático. Dentre essas prerrogativas estão as atribuições legais de garantia, pelos militares, dos poderes constitucionais, da Lei e da Ordem, conforme consolidado no artigo 142.

Por outra chave interpretativa, minimizando a interpretação sobre transição controlada pelo alto, Aggio (1995) analisa que o ocaso do regime militar se deu pelo esgotamento de seus mecanismos de controle social em razão das pressões das novas elites econômicas e do novo sindicalismo operário originados durante o processo de modernização capitalista implementado pelos próprios governos militares. Ou seja, a perda de força do regime sobre a sociedade civil fora um efeito colateral da própria modernização industrial promovida pelos governos militares.

A autorreforma do regime se deu como resposta a esta nova dinâmica social, em um contexto internacional com novos padrões de produção e tecnologia, que “questionava cada vez mais a lógica autárquica do nacional-desenvolvimentismo assumido pelos militares” (Aggio, 1993, p.57) O calendário eleitoral posto em prática pelos militares como forma de legitimar o regime terminou por abrir brechas para a participação da sociedade civil na política. O autor entende, portanto, que a dinâmica social teve maior influência na distensão do regime do que a tese de que ela se deu unicamente pelo alto, a partir da estratégia unilateral dos militares.

No entanto, nos parece plausível que a transição negociada e a falta de uma responsabilização civil sobre os atos dos militares na ditadura, associada a um pacto de silêncio por parte do Congresso Nacional, da sociedade e da mídia em relação às Forças Armadas, favoreceu a manutenção do prestígio da corporação junto à opinião pública. Ao mesmo tempo, deu campo para que florescesse a reinterpretação sobre os efeitos deletérios da ditadura e a manutenção dos mitos de eficiência e seriedade no trato com a coisa pública.

Como ilustração, o trabalho de Linz e Stepan (1996) aponta que, logo após o primeiro governo civil de José Sarney, uma proporção significativa da população julgava que os governos militares tinham sido mais eficazes do que os civis. Assim, em 1989, numa relação de cinco em cada sete itens (situação geral, situação econômica, inflação, dívida externa, corrupção, liberdades políticas e liberdade de expressão), os cidadãos acreditavam que a situação havia sido melhor durante os regimes militares, da mesma forma que uma parcela significativa da população desejava o retorno

do Exército aos governos como alternativa futura – em São Paulo, por exemplo, a entrevista citada pelos autores mostrava adesão de 40% dos cidadãos a essa hipótese.

A avaliação positiva do Exército pela população brasileira em contraponto à frustração com o sistema político parece ter se mantido nas décadas seguintes. Em junho de 2018, pesquisa do Instituto Datafolha mostrou que as Forças Armadas eram vistas como a instituição mais confiável pelos brasileiros. Nove em cada dez entrevistados (78%) declararam confiar nas Forças Armadas. Em contraste, sete em cada dez entrevistados (68%) declaravam não ter confiança nos partidos políticos, 67% não tinham confiança no Congresso Nacional (o índice mais alto da série histórica) e 64% na Presidência da República.

Pela interpretação de Linz e Stepan (1996), a ambivalência dos brasileiros em relação à democracia deve-se à visão que têm da ineficácia das políticas econômicas dos governos civis, baseadas em modelos de austeridade, para diminuir a desigualdade de renda e proporcionar bem-estar da população. Duas décadas e meia após essa análise, os trabalhos de Nobre (2020) e Avritzer (2020) apontam que a insatisfação da população com os governos democráticos e o crescente apelo pelo retorno dos militares estaria relacionado aos resultados do presidencialismo de coalizão, consolidado a partir de 1994, com o Plano Real, e à tomada de nacos do Estado pelos partidos, atuando por meio de autointeresses, em contraponto às demandas da sociedade.

Os avanços promovidos no país após 1988, como o controle da inflação, a melhoria da distribuição de renda, a criação do SUS e as verbas obrigatórias para a Saúde e a Educação, parecem não ter sido suficientes para aplacar a percepção social de que as demandas da sociedade não foram atendidas por culpa do sistema político. Os protestos de 2013 contra a classe política e as condições sociais da população face aos investimentos bilionários em estádios para a Copa do Mundo, seguidos pelas denúncias de corrupção e a Operação Lava Jato, potencializaram a rejeição à classe política e aos partidos, bem como reforçaram movimentos a favor de regimes militares.

Para o cientista político e brasilianista Timothy Power, em entrevista ao *Brasiliانا – Journal for Brazilian Studies* (1(1), September 2012), a Imprensa brasileira tem responsabilidade por aumentar o descrédito da classe política ao enfatizar os aspectos negativos da corrupção, mas sem reconhecer, na mesma intensidade, iniciativas na classe política que visaram a mitigar os casos de corrupção, como a lei da Ficha Limpa. Dessa forma, no que se refere à imagem negativa da classe política, “a mídia desempenha um papel importante, embora não tenda a dar crédito para ações anticorrupção. Prefere enfatizar (aspectos) sensacionalísticos e negativos, como a media em todo lugar no mundo”.

Somado a esses fatores, o retorno da retórica militar de risco comunista e combate à corrupção pode ser reforçado pela crítica à dominância de um partido de esquerda no poder desde 2003, envolvido em denúncias de corrupção, bem como nas relações de Estado dos governos petistas com ditaduras socialistas, especialmente Venezuela e Cuba. Como corolário, esse cenário engendrou

um revisionismo positivo do período da ditadura sobre dois pontos centrais do período, o de que o golpe de 1964 foi necessário para evitar o risco comunista, que voltava agora ao país em meados da década de 2010, e o de que promovera o desenvolvimento econômico do país.

A nova narrativa pós-64

Tal narrativa favorável ao golpe de 64 e ao intervencionismo militar na política pode ser identificada por manifestações crescentes na década 2011-2020. Em 1º de abril de 2014, por ocasião dos cinquenta anos do golpe, o deputado federal Jair Bolsonaro enalteceu a ditadura ao estender uma faixa em frente ao Ministério da Defesa com os dizeres: “Parabéns militares, graças a vocês o Brasil não é Cuba” (Bolsonaro, 2014). Também naquele dia, Bolsonaro criou controvérsia em sessão solene na Câmara dos Deputados, realizada a pedido da deputada Luiza Erundina, do PSB de São Paulo, ao defender a legitimidade da ditadura durante discurso (Haje e Souza, 2014).

Em 2015, quando já fora consolidada a reeleição da presidente Dilma Rousseff, e se adensava a crise política no país, foi a vez de um militar de alta patente se pronunciar, inserindo os militares no tabuleiro político da época. Nas comemorações do 31 de março daquele ano, o general de quatro estrelas, Hamilton Mourão, celebrou que os militares de 64 impediram que o país caísse “nas mãos da escória moral que, anos depois, o povo brasileiro resolveu por bem colocar no poder” (Carvalho, 2019, p.255). A fala foi uma clara referência aos governos petistas e, possivelmente, do PSDB, dado que quadros do partido atuaram contra a ditadura e foram exilados. O mesmo Mourão declarou para a tropa do Comando Militar do Sul, em Porto Alegre, na data de 25 de agosto do mesmo ano, em comemoração ao Dia do Soldado, que o país ainda possuía muitos inimigos internos, mas que se enganavam ao achar que os militares estavam desprevenidos. O general desafiou os tais inimigos: “Eles que venham!” (Carvalho, 2019, p.254).

Essa reinterpretação sobre o golpe de 64 à luz da segunda metade do século XXI levou Carvalho à seguinte análise da fala de Mourão, em artigo publicado em outubro daquele ano no jornal O Globo, com o título de “Luz Amarela”: “Longe de serem história, os acontecimentos de cinquenta anos atrás parecem ser para ele (Mourão) memória viva (...) Ele ainda vê, em pleno século XXI, como real a ameaça comunista no país” (Carvalho, 2019, p.255). De acordo com o autor, as manifestações públicas do general Mourão mudavam a percepção de que os militares, após a transição democrática, iriam se dedicar às atividades profissionais da corporação. Com efeito, “podem ser sintoma do surgimento do único perigo real para nossas instituições, o envolvimento político das Forças Armadas, um retrocesso de trinta anos” (Carvalho, 2019, p.255). De fato, os anos seguintes confirmariam essa hipótese.

O projeto de industrialização e desenvolvimento econômico empregado pelos militares seria enaltecido pelo então comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, durante participação

no programa “Conversa com Bial”, do jornalista Pedro Bial (2017). Embora dissesse rejeitar ditaduras nos tempos atuais, quando indagado sobre o crescimento de manifestações pelo retorno do regime militar no Brasil, o general ressaltou com o que considerou méritos na ditadura militar brasileira. Dentre eles, o estabelecimento do Brasil como oitava economia mundial, tendo saído do quadragésimo sétimo lugar neste ranking antes da modernização conservadora.

Em termos políticos, Villas Bôas contextualizou que o período era de polarização ideológica em razão da Guerra Fria e que o país sofria tentativas de tomada de poder pelos comunistas, como na década de 1930 e em 1964. Daí a necessidade da intervenção, com apoio da sociedade civil. Tutela militar esta que, na visão do general, não seria mais necessária atualmente no país em razão do amadurecimento das instituições. Ou seja, defendia, indiretamente, a tese de que a democracia é uma concessão dos militares aos civis.

O general, no entanto, não mencionou o brutal crescimento da desigualdade social, a hiperinflação e uma das maiores dívidas externas do mundo como resultado das políticas econômicas adotadas, que privilegiaram as classes médias e remediaram os mais pobres, além de mau gerenciamento na crise do petróleo de 1973. De acordo com o ex-ministro da Fazenda Delfim Netto, ele havia alertado o então presidente da Petrobras em 1972, Ernesto Geisel, que haveria aumento nos preços do petróleo e, portanto, se antecipasse com medidas preventivas para aumentar o estoque nacional. No entanto, Geisel teria desconsiderado o alerta, vindo seu governo a pagar o alto preço da disparada nos preços do combustível a partir de 1974 (Fraga e Balthazar, 2014).

Na entrevista a Castro (2021, p.191), Villas-Bôas sugere que o governo militar de Castelo Branco, após o golpe de 1964, foi necessário considerando as “circunstancias históricas” na época de Guerra Fria, após o fim da II Guerra Mundial, dado que a sociedade brasileira “não dispunha do amadurecimento que tem hoje” - reforçando a visão de tutela dos militares sobre os civis -, tampouco partidos estruturados, negando a existência de um sistema partidário construído no período democrático 1946-1964.

Na obra, o general também rejeita as conclusões da Comissão Nacional da Verdade, apontando seu relatório final como direcionado para responsabilizar militares que ocupavam postos chave nos governos da ditadura, resultado da composição da CNV somente com quadros de esquerda e sem participação dos militares, o que impediu o contraditório. Na mesma entrevista, elogiou o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) por não ter tomado “iniciativas de implantação de indenizações por direitos políticos cassados, (...) nem, tampouco, Comissão da Verdade ou de revisão da Lei de Anistia (Castro, 2021, p.144)”. As declarações, de certa forma, parecem indicar desejo do general de que nenhum desses temas fosse abordado, o que contribuiria para o esquecimento e conseqüente negação histórica dos efeitos letais da ditadura.

Por fim, mais duas manifestações de reinterpretação da ditadura que demonstram um certo padrão do alto oficialato em jogar luzes sobre o que consideram benefícios do golpe em favor da democracia, negando os efeitos negativos da repressão. Já no mandato do presidente Jair Bolsonaro, a comemoração pelo 31 de março em 2020 registrou a declaração do ministro da Defesa, Fernando Azevedo, tido como civilista e moderado, de que o movimento de 64 fora um “marco para a democracia brasileira” por ter evitado o risco do comunismo.

Azevedo, no entanto, foi demitido em 29 de março de 2021, dois dias antes do 31 de março, em razão da insatisfação do presidente com o então comandante do Exército, Edson Leal Pujol, que discordava da visão de Jair Bolsonaro sobre associar as Forças Armadas à política e da forma como o presidente lidou com a pandemia do Covid-19. Em sua nota de despedida, Azevedo citou que: “Nesse período, preservei as Forças Armadas como instituições de Estado”, numa referência indireta de que evitou a utilização das Forças Armadas para interesse político do presidente, notadamente intenções autoritárias (Mazui, Castilhos e Rodrigues, 2021). Apurações da Imprensa também apontaram que Azevedo não queria novamente reprisar episódio semelhante ao de maio de 2020, quando sobrevoou de helicóptero, junto com Bolsonaro, manifestações contra a democracia, situação essa que o constrangeu nos meses seguintes. Em sequência à saída do ministro da Defesa, os três comandantes do Exército, Edson Pujol, da Marinha, Ilques Barbosa, e da Aeronáutica, Antônio Carlos Moretti Bermudez, foram demitidos, de maneira inédita, numa antecipação do presidente à decisão tomada pelos três militares que apresentariam pedido de demissão conjunto em solidariedade a Azevedo e por negarem-se ao uso das Forças Armadas como instrumento de pressão política.

Na conceituação do jornal Folha de São Paulo, tratou-se da maior crise política desde 1977, quando o então presidente Ernesto Geisel, ainda durante a ditadura, demitiu o ministro do Exército, Sylvio Frota, que rejeitava o processo de abertura de Geisel e a possibilidade de entregar novamente o poder aos civis. Ainda assim, naquele momento, os ministros da Marinha e da Aeronáutica foram mantidos em seus cargos (Bächtold, 2021).

Ainda na esteira do revisionismo sobre o período autoritário, em outubro de 2020, o vice-presidente Hamilton Mourão afirmou que o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra foi um “homem de honra (...) e que respeitava os direitos humanos dos seus subordinados” (Redação, OESP, 2020). Mourão, que teve Ustra como comandante no regime militar, ignorava, desta forma, a condenação do coronel por sequestro e tortura na ditadura.

Neto e Acácio (2020) argumentam que, na campanha presidencial de 2018, Bolsonaro percebeu os anseios da população e de setores das elites por ética na política, estabilização econômica e redução da violência. Subjacente a essa percepção, disse que os militares iriam ajudá-

lo a governar, aproveitando a crescente aprovação popular das Forças Armadas, nomeando um oficial para chefiar o Ministério da Defesa

A eleição de Bolsonaro

A eleição de Bolsonaro em 2018, que então concorria pelo PSL, se deu justamente em meio a um caldo de cultura social que misturava repúdio à política convencional, fossem pelas denúncias de corrupção potencializadas pela Lava-Jato ou pela insatisfação popular com as políticas econômicas e sociais. Moura e Corbellini (2019) apontam o que teria sido uma disputa entre o Lulismo, numa referência ao eleitorado de apoio ao PT e ao seu líder maior, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e o “partido da Lava-Jato”, que representaria o sentimento de repúdio aos partidos e práticas tradicionais da política. Tal partido simbólico, situado no campo da centro-direita, foi habilmente capitalizado por Bolsonaro, que se elegeu mesmo por uma legenda minúscula, o PSL, e meros oito segundos de tempo na propaganda eleitoral.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato natural do PT, havia sido condenado após acusações de corrupções e favorecimentos a grupos empresariais. Em seu lugar, concorreu o ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad. Ainda pela centro-esquerda, Ciro Gomes (PDT), tentava pela terceira vez uma campanha ao Palácio do Planalto. O candidato do PSDB alinhado à centro-direita, Geraldo Alckmin, reuniu uma ampla aliança que lhe concedeu o maior tempo de propaganda eleitoral no rádio e televisão. Bolsonaro, por seu turno, vestira o figurino de outsider, de que iria combater a má versão da coisa pública pelos políticos tradicionais, embora fosse parlamentar há 26 anos, boa parte deles associado ao grupo fisiológico do Centrão, bem como implantar uma agenda conservadora de costumes e reformar a econômica com medidas estritamente liberais, que estariam a cargo de seu consultor econômico, o economista Paulo Guedes, que viria a ser nomeado ministro da Economia após a eleição de Bolsonaro.

De maneira habilidosa, além de simbolizar o candidato da Lava Jato, Bolsonaro conseguiu capitalizar o legado visto como favorável da atuação das Forças Armadas, tendo como um dos marcos dessa estratégia a homenagem feita ao general Carlos Alberto Ustra, notório torturador do regime militar, quando da votação pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016 (Avritzer, 2020).

Bolsonaro cresceu progressivamente nas pesquisas de intenção de voto, tendo iniciado com 16% no mês de janeiro 2018, no primeiro turno, e cerca de 32% no segundo, dependendo dos cenários de candidatos, e sendo eleito com 55% dos votos contra 45% de Fernando Haddad, no segundo turno. Quando muitos acreditavam que os debates em televisão entre os candidatos seria uma forma de derrotar o candidato, o deputado sofreu um atentado a faca quando fazia campanha na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, em 6 de setembro. Os efeitos da facada o tiraram do restante da

campanha eleitoral, diminuindo sua exposição às críticas do adversário, ao mesmo tempo em que era reforçado nas redes sociais de seus apoiadores e nas falas do candidato as acusações de que a esquerda teria sido a responsável por arquitetar o atentado. Como detalha Mello (2020), outra estratégia do candidato foi de utilizar fortemente as redes sociais e as fake news, com disparo em massa de mensagens com conteúdo de desinformação.

Nicolau (2020) analisa que a vitória de Bolsonaro foi resultado de votos predominantemente do eleitor masculino. Entre as mulheres, por outro lado, a diferença foi pequena em relação ao candidato do PT. O presidente eleito foi também, sobretudo, um candidato do segmento evangélico, haja vista que sete em cada dez eleitores evangélicos votaram no deputado federal.

A narrativa pró-intervencionismo militar na política, reconstruindo o período da ditadura como benéfico para o país, reforçou o apelo popular da candidatura de Jair Bolsonaro como presidente em 2018. Como ex-capitão do exército, Bolsonaro se apropriou de forma hábil da simbologia do papel das Forças Armadas no Estado brasileiro.

Essa apropriação é uma contradição em si, dado a carreira controversa no interior da corporação. O então capitão portou-se como um agitador ao exigir melhores soldos na década de 1980, envolveu-se em denúncias de sublevação, que incluiria um suposto plano de explosão em quartéis como protesto pelos baixos salários dos militares, foi julgado e absolvido pelo Superior Tribunal Militar (Lupa, 2019). No entanto, apesar da absolvição, em 25 de fevereiro de 1988 o veículo oficial do Exército, intitulado “Noticiário do Exército”, circulou com um editorial na capa com mensagem de despreço por Bolsonaro, justamente por ratificar as denúncias publicadas na Revista Veja de que o capitão participara do plano de explosão em quartéis para fragilizar o então ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, nas controvérsias sobre aumento dos salários. O texto diz que Bolsonaro e outro capitão “faltaram com a verdade e macularam a dignidade militar” (Noticiário do Exército, 1988, citado por Valente, 2021).

O texto afirma que: “Tornaram-se [Bolsonaro e seu colega], assim, estranhos ao meio em que vivem e sujeitos tanto à rejeição de seus pares como a serem considerados indignos para a carreira das armas”. Naquele mesmo ano, Bolsonaro passou à reserva e deixou o Exército, entrando na vida pública como vereador eleito no Rio de Janeiro. Ao comentar sobre a carreira militar de Bolsonaro e sua migração para a esfera política, o ex-presidente Ernesto Geisel o retratou como um “mau militar” (D’Araujo e Castro, org, 1997).

Associada à imagem de militar, está a postura abertamente antissistema político de Bolsonaro, embora tenha sido deputado federal por vinte e seis anos, quinze dos quais no PP do ex-prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, recorrentemente envolvido em escândalos de corrupção. Bolsonaro também seria envolvido em denúncias de rachadinhas, despesas superfaturadas e supostas ligações com milicianos. Na narrativa do então candidato e, após 2019, do presidente eleito,

a origem dos males que afligem o país estaria na redemocratização e na aceitação das regras da Constituição de 1988, para ele vinculadas à esquerda e à “falsa democracia”. De acordo com a visão de Bolsonaro, a verdadeira democracia foi exercida na ditadura (Nobre, 2020).

A postura do presidente de negar o caráter repressivo da ditadura, enaltecendo o regime militar como democrático, manifestou-se de maneira enfática durante a votação do impeachment da presidente Dilma Rousseff, em abril de 2016. Naquele momento, o então deputado dedicou seu voto pela destituição da governante à memória do Coronel Ustra, tendo sido fato decisivo para que assumisse o legado da ditadura militar (Avritzer, 2020).

A narrativa de Bolsonaro confluiu o combate à corrupção do sistema político com uma suposta ameaça comunista, dois catalizadores que também estavam presentes no clima pré-1964. Retomados pelo deputado, esses apelos encontraram tração no eleitorado que o apoiou em 2018 e segue formando sua base de sustentação, em torno de 30%, como informam as pesquisas de opinião desde 2019 (Nobre, 2020).

Após a posse, a militarização do governo Bolsonaro tornou-se evidente, com mais de 2.500 militares em cargos comissionados em 18 órgãos, um aumento de 33% na presença de fardados da ativa no Poder, além dos postos no primeiro escalão. Dos 21 ministros, nove são das Forças Armadas (Brandino e Galf, 2021). Já no início de 2021, um terço deles assumiu empresas estatais, com destaque para o novo presidente da Petrobras, general Silva e Luna, em substituição a um civil, Roberto Castello Branco, por decisão do presidente (Sassine, 2021).

No entanto, nenhum dos mitos relativos ao período da ditadura militar e, de certa maneira, reincorporados por Bolsonaro, demonstraram veracidade. O discurso de combate à corrupção desapareceu da cartilha do presidente depois de uma série de denúncias envolvendo o Ministério da Saúde e auxiliares quando da compra de vacinas contra a Covid-19, conforme acusações na CPI da Covid. A associação do governo ao Centrão, cujos deputados tornaram-se aliados de primeira hora, e a possível filiação de Bolsonaro ao PSL, que tem como presidente Valdemar da Costa Neto, que fora condenado pela Lava Jato, bem como o desmonte da própria operação por meio de ações do governo federal lideradas pelo procurador-geral, Augusto Aras, desmentiriam, na prática tal retórica anticorrupção.

A propalada eficácia dos militares foi contrariada pela atuação desastrosa do general Eduardo Pazuello como ministro da Saúde frente à pandemia da Covid-19, tendo como um dos marcos a crise de falta de oxigênio nos hospitais de Manaus. Sem formação ou experiência em saúde, Pazuello chegou a declarar em uma solenidade oficial, em 07/10, que antes de assumir o cargo “nem sabia o que era SUS” (André, 2020). Embora especializado em Logística, falhou na negociação das vacinas contra o Coronavírus no país, gerando escassez do produto no início de 2021, quando países

tanto desenvolvidos, a exemplo dos Estados Unidos, Reino Unido, quanto em estágio intermediário de desenvolvimento, como Israel e Chile, estavam com a vacinação em ritmo acelerado.

Em 15 de março, desgastado pelo controverso gerenciamento da crise sanitária, o general Eduardo Pazuello foi substituído pelo médico cardiologista Marcelo Queiroga. Pazuello saiu também sob investigação da Polícia Federal pela possível omissão na crise de escassez de oxigênio em Manaus.

Por fim, o desenvolvimento econômico é cada vez menos uma realidade plausível, tendo em vista uma inflação anual que supera os índices de 10% e a previsão de uma possível recessão em 2022.

Considerações finais:

O trabalho procurou demonstrar que, a despeito das chagas provocadas pela ditadura militar no Brasil, o discurso favorável à atuação dos militares no governo cresceu progressivamente após a transição democrática, especialmente na segunda década do Século XXI. Essa narrativa preza por uma reinterpretação da atuação das Forças Armadas na política, prezando por mitos como eficácia, impermeabilidade à corrupção, legitimidade da repressão política para preservar o país contra os inimigos da Pátria e desenvolvimento econômico. Apesar das evidências históricas que contestem ou minimizem tal narrativa, ela ganhou tração nas últimas décadas, junto com a avaliação positiva das Forças Armadas pela população, em função de fatores como preservação do Exército quando da Constituinte, a própria influência dos militares assegurando interesses na Constituição de 1988, a desilusão de parcelas da sociedade com o resultado entregue pelos governos civis face às demandas populares, bem como às denúncias de corrupção, adensadas pela operação Lava-Jato. O ressentimento social deu margem para crédito ao discurso idealizado sobre o regime militar, apontando que o retorno do Exército aos governos foi apontado como desejo futuro de parcelas significativas do eleitorado, assim como houve queda à aprovação do regime democrático em momentos recentes da história nacional.

Esse esteio contribuiu para que o ex-capitão do Exército, Jair Bolsonaro, utilizasse da simbologia militar no decorrer da campanha de 2018 a fim de capitalizar esse legado idealizado. Pela própria condição de ex-militar de Bolsonaro e por vir exaltando os regimes militares desde seu mandato como deputado federal, inclusive a repressão e tortura, sua narrativa pró-militar parece ter ganhado credibilidade junto aos eleitores, bem como o de assumido o papel de outsider, de quem iria reverter os males e a corrupção da política convencional. Neste ponto, sua carreira de quase três décadas no Parlamento brasileiro parece não ter contraposto o discurso contrário ao status quo político, talvez, por nunca ter sido um deputado preeminente, atuando no chamado baixo clero do Congresso Nacional.

No entanto, da mesma forma que muitos dos efeitos deletérios da ditadura militar – dentre eles desigualdade social, dívida externa, inflação – contradigam a narrativa edulcorada desse período, os resultados negativos de três anos do governo Bolsonaro, mesmo considerando os impactos da pandemia, desmentem os mesmos mitos que o presidente se esforçou por incorporar, com destaque para ineficácia de políticas econômicas e denúncias de corrupção intragovernamentais, além de associação ao grupo fisiológico do Centrão.

Bibliografia

- Abranches, S.H.H. (1988) 'Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro'. Vol. 31 (1), Dados – Revista de Ciências Sociais, pp. 5 a 34
- Aggio, A. (1996) 'Regime militar e transição democrática: um balanço do caso brasileiro' v. 1 (1, E-ISSN: 1982-4718), p. 55-64 [online]. Disponível em: <https://bit.ly/32782Pj> (Acesso: 3 março 2021).
- André, N. (2020). 'Pazuello diz que, antes de cargo no governo, não sabia o que era o SUS', *CNN*, 7 out., [online]. Disponível em: <https://bit.ly/3qmAy7U> (Acesso: 5 mar. 2021)
- Arendt, H. (2012) *Origens do totalitarismo*. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Avritzer, L. (2020). *Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro*. 1ª ed. São Paulo: Todavia
- Bächtold, F. (2020). 'Regime agigantou as empreiteiras e foi rico em escândalos financeiros', *Folha de São Paulo*, 27 jun. [online]. Disponível em: <https://bit.ly/2MJUvrN> (Acesso: 3 março 2021)
- _____. (2021). 'Crise com demissão de general e ameaça de levante em 1977 foi marco da ditadura militar', *Folha de São Paulo*, 30 mar. [online]. Disponível em: <https://bit.ly/3d2rjGM> (Acesso: 11 março 2021)
- Bolsonaro, J. (2014) *Esquerda nunca mais/youtube* [online]. Disponível em: <https://bit.ly/307m3dC> (Acesso: 3 março 2021)
- Brasil. Comissão Nacional da Verdade (2014) '*Relatório da Comissão Nacional da Verdade*', v.3 (online). Disponível em: <https://bit.ly/3c310yi> (Acesso: 3 março 2021)
- Brandino, G. e Galf, R (2021). 'Entenda a militarização do governo Bolsonaro e as ameaças que isso representa', *Folha de São Paulo*, 1º mar., [online]. Disponível em: <https://bit.ly/3edMmac> (Acesso 5 mar. 2021)
- Campos, P.H.P. (2012). 'A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais da construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial, 1964-1985, tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói
- Carvalho, J.M. de. *Forças Armadas e política no Brasil* (2019). Ed. Atualizada e revisada. São Paulo: Todavia
- Castro, C. (org) (2021) 'General Villas Bôas: conversa com o comandante'. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas
- Cepedisa e Conectas (2021). 'Direitos na pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil', Boletim nº 10, 20 jan [online]. Disponível em: <https://bit.ly/3uWMOHR> (Acesso: 5 mar. 2021)

- Salgado, Fernando Antunes; Segurado, Rosemary. *Militares na política: reinterpretação narrativa como estratégia para retomada do Poder*.
- Clausen, M. (2012) 'Interview with Prof. Dr. Timothy Power: Corruption and democracy in Brazil', *Brasiliانا – Journal for Brazilian Studies*, 1(1), Set.,
ISSN 2245-4373 [online]. Disponível em: <https://bit.ly/2OINfCU> (Acesso: 3 março 2021)
- Cruz, P.D. (1994). 'Notas sobre o financiamento de longo prazo na economia brasileira do após-guerra', *Economia e Sociedade*, v.3 (5), p.65-81.
- D'Araujo, C. e Castro, C. (org) (1997) *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas
- Datafolha (2018) Partidos, Congresso e Presidência são instituições menos confiáveis do país. Disponível em: <https://bit.ly/30jo9av> (Acesso: 7 Mar. 2021)
- 'Eduardo Villas Bôas explica que ditadura nunca é a melhor opção' (2017) *Programa do Bial*. TV Globo, Disponível em: <https://bitly.com/OmEqq> (Acesso: 3 março 2021)
- Figueiredo, F. e Pacheco, J. (2021). 'Ministério da Saúde admite que errou e trocou número de doses entre o Amazonas e o Amapá; situação será corrigida, diz pasta', G1 AP, 24 fev [online]. Disponível em: <https://glo.bo/3bionVq>
- Fraga, E. e Balthazar, R. (2014) 'Quem quebrou o Brasil foi o Geisel, afirma Delfim', *Folha de São Paulo*, 5 abril [online]. Disponível em: <https://bitly.com/NGTYu> (Acesso: 3 de março 2021)
- Furtado, C. (1982) *Análise do "modelo" brasileiro*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- Gullino, D. (2020) 'Ministro da Defesa chama golpe de 1964 de 'marco para a democracia'', *O Globo*, 30 de março [online]. Disponível em: <https://glo.bo/3sT7JSs> (Acesso: 5 de março 2021)
- Haje, L. e Souza, M. (2014) 'Sessão solene sobre golpe militar é marcada por polêmica', *Câmara dos Deputados* [online]. Disponível em: <https://bit.ly/2OinLX4> (Acesso: 3 março 2021)
- Mazui, G.; Castilhos, R. e Rodrigues, M. (2021) 'Ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva deixa o cargo', *G1 e TV Globo*, 29 mar [online]. Disponível em: <https://glo.bo/2OqzWl0> (Acesso: 11 de abril 2021)
- Judt, T. (2010a) *Ill fares the land*. London: Penguin Group
- _____. (2010b) *Reflexões sobre um século esquecido: 1901-2000*. Rio de Janeiro: Objetiva
- Linz, J.J. e Stepan, A. (1996) *Problems of democratic transition and consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*. Baltimore and London: John Hopkins University Press.
- Lupa (2019) 'Da academia militar ao Planalto: ano a ano, conheça a trajetória de Jair Bolsonaro', *Piauí/Folha de São Paulo*, 1º jan. 2019 [online]. Disponível em: <https://bit.ly/3v075Ei> (Acesso 5 março 2021)
- Mazieiro, G. 'População sente saudade da ditadura, diz Clube Militar após caso Silveira', UOL, 20 fev. 2021 [online]. Disponível em: <https://bit.ly/30iHGYw> (Acesso 7 mar 2021)
- Moura, M. e Corbellini, J. (2019) *A eleição disruptiva: Por que Bolsonaro venceu*. Rio de Janeiro e São Paulo: Record.
- Nicolau, J. (2020) *O Brasil dobrou à direita*. Rio de Janeiro: Zahar Editores
- Nobre, M. (2020) *Ponto final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia*. 1ª ed. São Paulo: Todavia
- Noticiário do Exército (1988) 'A verdade: um símbolo da honra militar', *Noticiário do Exército*, 25 fev., (citado por Valente, R., 2021, 25 fev, [online]). Disponível em: <https://bit.ly/30d7DZD> (Acesso 5 mar. 2021)



Salgado, Fernando Antunes; Segurado, Rosemary. *Militares na política: reinterpretação narrativa como estratégia para retomada do Poder*.

Oliveira, E.R. (1993) 'De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia', tese de Livre Docência, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. e Soares, S.A. (2000) 'Forças Armadas, direção política e formato institucional' in D'Araujo, M.C. e Castro, C. (org) *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, pp. 98-124.

Redação, OESP (2020) 'Mourão diz que coronel Ustra 'respeitava os direitos humanos de seus subordinados', *O Estado de São Paulo*, 9 de outubro [online]. Disponível em: <https://bit.ly/3qdyyyY> (Acesso: 5 de março 2021)

Reis, D.A. (2014) *Ditadura e democracia no Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar

Sassine, V. (2021). 'Com general na Petrobras, militares comandarão um terço das estatais com controle direto da União', *Folha de São Paulo*, 23 fev., [online]. Disponível em <https://bit.ly/3c9f2yD> (Acesso: 5 mar. 2021)

Silva, G. do C. e (1981). *Conjuntura política nacional: o Poder Executivo e geopolítica do Brasil*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio.

Singer, P. (1989) *A crise do milagre: interpretação crítica da economia brasileira*. 8a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra

STF. *Lewandowski determina abertura de inquérito policial contra Eduardo Pazuello*. 25 Jan. 2021 [online]. Disponível em: <https://bit.ly/3c11Z26> (Acesso: 5 mar. 2021)

